

**Título: FORMAÇÃO E EMPREGO NUMA SOCIEDADE EM  
MUTAÇÃO**

**António Maria Martins**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
------------------------	----------

## **CAPÍTULO I - LUGAR DE PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU E NOVAS**

### **CONFIGURAÇÕES DO SISTEMA ECONÓMICO MUNDIAL.....13**

1 - EMERGÊNCIA DE UMA NOVA SOCIEDADE OU FASE DE TRANSIÇÃO.....	15
1.1 - <i>Vida económica - sistema de produção e disfuncionalidades associadas</i> .....	17
1.2 - <i>Elementos para a caracterização da sociedade de informação</i> .....	20
1.3 - <i>Da homogeneidade à heterogeneidade cultural</i> .....	21
1.4 - <i>Enfraquecimento da família e individualismo</i> .....	23
1.5 - <i>Consumo e lazer</i> .....	24
2 - DA INTERNACIONALIZAÇÃO À MUNDIALIZAÇÃO DA VIDA ECONÓMICA.....	26
2.1 - <i>Mundialização e novas formas de competição</i> .....	28
2.2 - <i>Mundialização - dualismo e tendências contraditórias</i> .....	30
2.3 - <i>Tendências para a criação de órgãos supranacionais: enfraquecimento do Estado-Nação</i> .....	32
3 - PORTUGAL: REDEFINIR POSIÇÕES NO CONTEXTO EUROPEU NUM PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO.....	33
3.1 - <i>Portugal: país semiperiférico</i> .....	34
3.2 - <i>Características das semiperiferias</i> .....	36
3.3 - <i>Características da semiperiferização de Portugal</i> .....	37
3.4 - <i>Economia portuguesa - principais características</i> .....	39

## **CAPÍTULO II - SOCIEDADE, PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO**

### **DAS TECNOLOGIAS E NOVOS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO..... 43**

1 - EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E INTERFERÊNCIAS NOS PROCESSOS ECONÓMICO-SOCIAIS E NO SISTEMA DE PRODUÇÃO.....	45
1.1 - <i>Potencialidades e limites das novas tecnologias</i> .....	48
1.2 - <i>Modernização tecnológica auto-sustentada e garantia de equilíbrios</i> .....	49
1.3 - <i>Sistema de produção fordista e sistema de produção flexível e antropocêntrico</i> .....	51
1.4 - <i>Modelo de empresa com integração e flexibilização global</i> .....	55
2 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: NOVAS CONFIGURAÇÕES.....	57
2.1 - <i>Modelos rígidos ou burocrático-mecânicos de organização do trabalho</i> .....	59
2.1.1 - <i>Organização científica do trabalho (oct)</i> .....	59
2.1.2 - <i>Modelo burocrático de empresa e a organização do trabalho</i> .....	61
2.2 - <i>Teorias dos sistemas e da contingência e a organização do trabalho</i> .....	63
2.3 - <i>Procura de um quadro para a organização do trabalho: a questão da flexibilidade</i> .....	67
2.3.1 - <i>Organização flexível do trabalho - o modelo adhocrático ou da "inovação"</i> .....	67

<b>CAPÍTULO III - SISTEMA DE EMPREGO E NOVOS PERFIS PROFISSIONAIS.....</b>	<b>73</b>
1 - EMPREGO/DESEMPREGO E AS ALTERAÇÕES NA DINÂMICA E NA ESTRUTURA DA ECONOMIA.....	75
1.1 - <i>Distribuição do emprego em Portugal e na UE por sector de actividade: evolução e perspectivas de novas profissões e de novos perfis profissionais.....</i>	76
1.2 - <i>Disparidades entre países da ue: entraves à criação de um mercado de trabalho integrado.....</i>	78
1.3 - <i>(Des)Emprego e processo de modernização.....</i>	81
2 - NOVOS CENÁRIOS PARA O (DES)EMPREGO.....	83
2.1 - <i>Modelos de produção flexíveis e implicações nos perfis profissionais e no sistema de emprego.....</i>	84
2.2 - <i>Novas configurações do sistema de emprego e/ou apenas formas diferentes de se estar empregado.....</i>	85
2.3 - <i>Características e evolução do desemprego: caso do desemprego de longa duração.</i>	89
<b>CAPÍTULO IV - EDUCAÇÃO E ENSINO-FORMAÇÃO DE NÍVEL INTERMÉDIO :</b>	
<b>PROCURA DE UM QUADRO PROSPECTIVO.....</b>	<b>93</b>
1 - EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E MERCADO DE TRABALHO.....	96
1.1 - <i>Educação e desenvolvimento económico.....</i>	97
1.2 - <i>Educação e evolução tecnológica.....</i>	100
1.3 - <i>Educação e emprego - passagem à vida activa.....</i>	102
2 - ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL: SITUAÇÃO CONTROVERSA NO CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO.....	105
2.1 - <i>Democratização - igualdade de oportunidades.....</i>	106
2.2 - <i>Escola como reprodutora das condições objectivas da população discente e nível das respostas às solicitações exteriores.....</i>	107
2.3 - <i>Ensino técnico-profissional, mobilidade e estratificação social.....</i>	109
2.4 - <i>Ensino técnico e profissional e papel face ao (des) emprego e às disfuncionalidades do sistema educativo.....</i>	111
2.4.1 - <i>Ensino técnico e profissional e (des)emprego.....</i>	112
2.4.2 - <i>Ensino técnico e profissional e (in)sucesso escolar.....</i>	113
2.4.3 - <i>O ensino técnico e profissional como forma de "normalizar" o acesso ao ensino superior.....</i>	114
3 - PROBLEMAS QUE SE COLOCAM À ORGANIZAÇÃO E INCREMENTO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL:	
ANÁLISE COMPARATIVA.....	116
3.1 - <i>Aspectos do planeamento do ensino técnico e profissiona.....</i>	117
3.1.1 - <i>Sistema empregador - mercado de trabalho.....</i>	119

3.1.2 - Sistema de ensino – formação.....	122
3.1.3 - Características da população estudantil que frequenta o ensino técnico e profissional.....	124
3.2 - Tipo de estruturas onde se processa o ensino técnico e profissional.....	125
3.3 - Financiamento da formação técnica e profissional.....	129
4 - RESPOSTAS DOS SISTEMAS EDUCATIVOS À EVOLUÇÃO E MUDANÇA: PROCURA DE UM QUADRO PROSPECTIVO.....	131
4.1 - Evolução, mudança e novas competências.....	134
4.2 - Perspectivas dos alunos e empregadores face ao ensino técnico e profissional e a novas estruturas curriculares.....	136
4.3 - Procura de uma estrutura de currículo para o ensino técnico e profissional.....	143
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>147</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>157</b>

## Introdução

É consensual a ideia de que a sociedade está em processo de grandes mudanças ou até de mutações e que, por conseguinte, se regista a não existência de quadros sociais estabilizados, evidenciando-se, como corolário lógico deste processo, um forte clima de incerteza. Não obstante, torna-se possível visualizar algumas tendências e definir os contornos dos processos que emergem destas dinâmicas.

As mudanças estão a ocorrer em todos os sistemas: económico, no qual se assiste a uma mundialização da economia e a alterações das regras de concorrência e dos paradigmas competitivos; político, pela perda de poder por parte dos Estados-Nação e pela criação de organizações supranacionais reguladoras das normas internacionais; cultural, pelo enfraquecimento da sua hegemonização por blocos e conseqüente surgimento de minorias culturais e tendência para a individualização dos sujeitos; tecnológico, no sentido da sua globalização e interação crescente entre si e os outros subsistemas, particularmente o humano. Ao nível do sistema de produção assiste-se, igualmente, a profundas alterações na forma de produzir e de conceber os produtos, de organizar a empresa, a produção e o trabalho e na forma como as empresas se posicionam na concorrência e na ligação com os consumidores a que se destinam os seus produtos (Toffler, 1984; 1991; Tarondeau, 1985; Iribarne, 1986; Velzen et al., 1988; Naisbitt, 1988; Le Bas, 1992; Bertrand, 1992; Sérvieyx, 1993; Drucker, 1993; Santos, 1994).

No caso português, é natural que estas dinâmicas induzam uma maior necessidade de mudança: dado o intensificar das suas relações com o processo de mundialização (da vida em geral e da economia em particular) pelo efeito da sua adesão à UE<sup>1</sup>; pela sua posição histórica na divisão internacional do trabalho e que caracterizou Portugal como país semiperiférico; pela existência de estruturas produtivas e processos de trabalho tradicionais (Félix, 1989; Murteira, 1989; Cardim, 1990; Kovács

---

<sup>1</sup> Ao longo do trabalho é natural que surja ainda a designação de CEE, em vez de UE, especialmente quando nos referimos a períodos (anteriores a Fevereiro de 1992, data da assinatura do Tratado de Maastricht) em que essa designação era utilizada.

1990.a; Correia, 1991; Guerra, 1991; Fonseca, 1992; IAPMEI, 1992; Der Muhl, 1992; Fortuna, 1993; Santos, 1994).

Este processo de transformação impõe a necessidade de **empresas** mais flexíveis e dinâmicas, de novos posicionamentos dos sujeitos da acção e de novos perfis profissionais e, conseqüentemente, de alterações nos saberes e nos comportamentos (IRDAC, s/d; Velzen et al., 1988; Johnston, 1989; Ocaña, 1992; OCDE, 1992; Santos, 1994; Silva, 1995). Partindo destes pressupostos, é natural que aos sistemas educativo, em geral, e ao de ensino-formação, em particular, sejam feitas novas solicitações quanto ao tipo de saberes presentes nos **currículos** e quanto à criação de novos cursos nas áreas emergentes.

A elaboração e a síntese dos aspectos gerais aqui traçados conduzem-nos à definição do objectivo central deste trabalho que consiste em estabelecer correlações entre os modelos "tipo-ideal" de empresas, as mudanças que estão a ocorrer a todos os níveis da sociedade com destaque para os sub-sistemas tecnológico e de emprego com os currículos para o ensino tecnológico e profissional.

A abordagem das problemáticas deste trabalho estrutura-se em quatro capítulos nos quais são discutidos alguns elementos da mudança e a legitimação de novos currículos para o Ensino Tecnológico e Profissional.

Capítulo I - Abordam-se aqui algumas tendências das transformações que estão a processar-se na vida dos sujeitos e na dinâmica dos elementos centrais da sociedade e mesmo no seu conjunto. Aliás, sobre esta última vertente, existem já vários posicionamentos que atestam estarmos em presença de uma nova sociedade, profundamente diferente da sociedade moderna. A nossa perspectiva é de estarmos a assistir a mudanças profundas, mesmo de estrutura, mas dentro da própria sociedade moderna que, na actualidade, se caracteriza, em termos gerais, pela coexistência de vários fenómenos complexos, contraditórios e cujo principal elemento, comum a todos eles, é a da transformação a que estão sujeitos e dos níveis de incerteza na sua evolução.

As mudanças que se verificam no sistema produtivo evidenciam novas formas de produzir e de organizar os processos de produção e de trabalho e

o crescimento das actividades ligadas à produção, controlo e aplicação da informação. Este fenómeno ao assumir um enorme significado tem permitido, a uns, a designação de “sociedade da informação” e, a outros, “sociedade do saber”. A análise feita neste capítulo dá conta de que as alterações que estão a ocorrer interferem nas homogeneidades e nas hegemónias culturais no sentido do evidenciar da diversidade e, cumulativamente, para um autocentramento da vida social nos sujeitos individualmente considerados. Estão a interferir também na estrutura da família e nas funções que tem desempenhado, particularmente de socialização e de integração dos filhos e do seu acompanhamento. A conjugação da emergência do individualismo com o enfraquecimento da família tem permitido o desenvolvimento de novos comportamentos sociais e de novas práticas de consumo, mais individualizadas e mais exigentes, com reflexos nos sistemas de produção pois têm de produzir, cada vez mais, em pequenas séries e produtos de qualidade.

Ao nível macro-económico assiste-se a uma mundialização da vida económica e à formação de grandes blocos com igual capacidade de negociação das regras e do seu cumprimento e, assim, evitar a subalternização de uns relativamente a outros. As tendências apontam para que as relações comerciais e a circulação de mercadorias entre e, especialmente, intra-blocos, se façam de forma paritária e sem constrangimentos legais. Dentro dos blocos, a liberalização tende a ser extensiva também à circulação de pessoas perspectivando-se a formação de espaços não apenas económicos mas também políticos e sociais. Estas alterações, associadas aos efeitos negativos resultantes da destruturação da sociedade moderna, têm efeitos nos sistemas políticos no que fazem diminuir o poder clássico do Estado-Nação e a sua transferência para órgãos supranacionais.

Para terminar este capítulo, damos conta da posição de Portugal face a este processo, particularmente à sua entrada na então designada CEE. A sua posição semiperiférica, a existência de uma economia tradicional e de baixos níveis de desenvolvimento social interferem, negativamente, na integração em economias por si bastante mais desenvolvidas e competitivas e, como referimos, a funcionarem em quadros instáveis e libertos de

constrangimentos legais. Esta situação de Portugal impõe que o processo de modernização se faça pela escolha otimizada de estratégias económicas e pelo desenvolvimento do seu sistema de ensino-formação tradicionalmente afastado das necessidades evidenciadas pelos sistemas produtivos.

Capítulo II - Neste capítulo damos conta, por um lado, das características do actual paradigma tecnológico e da interferência das tecnologias nos processos de modernização e, por outro, das novas formas de organização da produção e do trabalho nas empresas.

As tecnologias, no actual paradigma, estão em processo de globalização e intensificação criando interdependências sistémicas entre si e entre a vida económica, cultural e a vida dos sujeitos quando associados, quer à produção, quer ao consumo e ao lazer. O seu uso no sistema empresarial permite articular todos os elementos do sistema de produção e este com os serviços, com a concepção, com o "marketing" e com as vendas, isto é, permitem uma integração global das empresas e, por conseguinte, criam a capacidade de as tornar mais flexíveis e aptas para responder em tempo útil e de forma articulada às solicitações exteriores cada vez mais exigentes e diversificadas. Este processo só se torna possível com recursos humanos, também eles flexíveis e capazes de utilizar de forma maximizada as tecnologias e de estabelecerem relações com os diferentes níveis profissionais da empresa e especialmente com os postos de trabalho afins daquele(s) a que estão adstritos.

A centralidade dos indivíduos na vida das empresas tem sido acompanhada também por alterações qualitativas na forma como desempenham as suas tarefas e ou funções. Estas, sobretudo as primeiras, tendem a ser desempenhadas, cada vez mais, de forma polivalente e em grupo em vez de o serem pelo mesmo indivíduo e por longos períodos de tempo. Assiste-se, igualmente, a uma crescente descentralização do poder nas empresas e consequente autonomização dos sujeitos no desempenho das suas tarefas e ou funções. Este processo é acompanhado pelo restabelecimento das relações e pela circulação de informação entre as diferentes áreas da empresa e dos postos de trabalho, com destaque para a concepção e para a execução, por antítese ao que ocorria nos modelos clássicos de organização do trabalho porventura ainda dominantes.

Tanto as exigências colocadas pela aplicação das novas tecnologias como as alterações do processo de organização do trabalho exigem novos perfis profissionais, novos saberes e novos comportamentos dos sujeitos no desempenho dos seus papéis profissionais.

Capítulo III - Os sistemas de emprego característicos do sistema de produção fordista, fortemente regulamentados, estão a dar lugar a um novo sistema de emprego bastante heterogéneo e multidimensional e a permitir a emergência de novas formas de empregabilidade regidas por novos princípios profundamente diferentes do modelo fordista ainda dominante.

As novas realidades estão a interferir não apenas na selecção dos candidatos ao emprego, pela redefinição das exigências dos perfis profissionais, mas também nas relações entre empregadores e empregados e nas normas pelas quais elas se regem. Estas alterações no sistema de emprego, bem assim como na sua vertente de desemprego, particularmente do de longa duração, exigem novas posturas e novos comportamentos dos sujeitos da acção e, por conseguinte, a necessidade de adquirirem novos saberes e especialmente de serem socializados para a diversidade de situações existentes no sistema de emprego e das ocupações profissionais.

Esta análise é particularizada ao espaço comunitário, equacionando-se alguns impedimentos à formação de um sistema integrado de emprego, não só resultantes das transformações referidas, mas sobretudo das profundas diferenças existentes entre os países que formam a UE (particularmente no que respeita aos seguintes indicadores: PIB e rendimento “per capita”; produtividade; custos da mão-de-obra; e o grau de ensino - formação).

Capítulo IV - Aqui faz-se uma discussão do sistema de ensino-formação em geral e do Ensino Tecnológico e Profissional em particular, com destaque para os cursos intermédios que dão acesso a profissões altamente qualificadas. Nesta análise assume-se um posicionamento simultaneamente crítico e funcional. Segundo o primeiro, o Ensino Técnico e Profissional tem servido como forma de selecção e de reprodução da estrutura social e como preparação dos indivíduos para ocuparem as profissões mais estigmatizadas na estrutura de emprego e, ainda, de a sua defesa na actualidade visar a resolução de problemas disfuncionais verificados não só no sistema social e

de emprego mas também nos sistemas de ensino. De acordo com a perspectiva funcional (central neste trabalho), procuramos equacionar uma estrutura de currículo (em termos gerais) para este ensino em função das exigências evidenciadas pelas transformações que estão a ocorrer na sociedade e nos vários sistemas a que se destinam os indivíduos portadores dos saberes neles veiculados.

Dentro da primeira linha de análise faz-se uma abordagem ao Ensino Técnico e Profissional, discutindo-se os paradigmas educacionais que ocorreram nas últimas décadas dentro do contexto da democratização do ensino. Confronta-se a escola unificada, através da qual se pretendia reduzir as desigualdades sociais, com a escola de canais múltiplos que objectivava a reprodução da estrutura social e, assim, satisfazer as solicitações dos sistemas das ocupações sociais e profissionais.

Equacionam-se algumas disfunções do primeiro modelo e o renascimento da defesa do segundo como forma de normalizar aspectos negativos ocorridos nos sistemas social, económico, de emprego e de ensino, bem assim como satisfazer as suas necessidades e as de largas camadas de alunos que não obtiveram sucesso no ensino unificado.

Sob orientação da perspectiva funcionalista, analisam-se questões gerais de adequação entre a educação e o desenvolvimento económico, a evolução tecnológica e a passagem dos jovens da escola à vida activa. Ao nível específico do Ensino Técnico e Profissional, a análise segue duas orientações. Na primeira discutem-se questões associadas ao planeamento deste ensino, à tipologia das estruturas em que deve ocorrer e ao seu financiamento. Procura-se, quanto às duas últimas questões, comparar a realidade portuguesa com o que ocorre nos diferentes países da UE. De acordo com a segunda orientação, e como elemento central deste capítulo, procura-se criar um quadro prospectivo para o Ensino Tecnológico e Profissional no que concerne, por um lado, à estrutura dos currículos, tendo em atenção as mudanças que se estão a operar na sociedade e descritas nos capítulos anteriores, e, por outro, à definição de novas tipologias para a criação e funcionamento deste ensino.